



TRAJETÓRIAS E TRANSIÇÕES ENTRE JOVENS BRASILEIROS

Pode a expansão eludir as desigualdades?¹

<http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030002>

NADYA ARAUJO GUIMARÃES*

MURILLO MARSCHNER ALVES DE BRITO**

ALVARO AUGUSTO COMIN***

RESUMO

Que podemos dizer sobre as desigualdades estruturais no Brasil quando as observamos pela lente das trajetórias ocupacionais dos jovens? Em contextos de crescimento econômico e de ampliação de direitos, que fatores se mostram relevantes para tornar desiguais os destinos dos jovens brasileiros? Neste artigo, buscamos responder a essas perguntas baseando-nos em dados longitudinais de um *survey* amostral retrospectivo realizado em 2013, com uma amostra representativa de 3.288 jovens em 160 municípios brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: *jovens; Brasil; mercado de trabalho; trajetórias; desigualdades*

Youth in Brazil: Transitions and Trajectories. Can Economic Growth Mitigate Inequalities?

ABSTRACT

What can we say about structural inequalities in Brazil when we look at them through the lens of young people's occupational trajectories? In contexts of economic growth and expansion of rights, what factors are relevant to make unequal the destinies of young Brazilians? In this article, we seek to answer these questions based on longitudinal data from a retrospective survey conducted in 2013 with a representative sample of 3,288 young people in 160 Brazilian municipalities.

KEYWORDS: *youth; Brazil; labor market; trajectories; inequalities*

[*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: nadya@usp.br

[**] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: murillomarschner@usp.br

[***] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: alvcomin@usp.br

[1] Agradecemos à Organização Internacional do Trabalho (ILO-

INTRODUÇÃO

Transitar entre situações ocupacionais é o que caracteriza a experiência de todo indivíduo no mercado de trabalho. Por isso mesmo, acompanhar tais movimentos possibilita entendermos melhor tanto os padrões de percurso quanto as oportunidades e barreiras que se interpodem a ocupados ou em busca de trabalho. Daí por que a análise longitudinal se tornou uma ferramenta crescentemente utilizada nos estudos sobre mercado de trabalho.

Quando se trata de estudar a inserção ocupacional dos jovens, todavia, nos vemos diante de importantes desafios analíticos. Sabemos que suas transições tendem a ser mais intensas, com recorrentes eventos de desemprego e de passagem à inatividade, que se tornam menos frequentes quanto mais se avança em direção à vida adulta. Ademais, a história laboral dos jovens convive com outros eventos decisivos para seu processo de autonomização de status (Alisson, 1984; Elder Jr.; Glen, 1985). O acúmulo de escolarização formal, a entrada e a circulação no mundo do trabalho, a mudança na condição domiciliar, por vezes associada a experiências de nupcialidade e parentalidade, são exemplos de fenômenos esperados nessa faixa etária. Por isso, a transição para a vida adulta deve ser entendida como um movimento em que múltiplas transições se interseccionam: as transições educacionais, as transições na condição familiar e as transições no mercado de trabalho, o que documentamos, para o Brasil, em outra ocasião (Guimarães; Marteleto; Brito, 2018).

O modo como tais acontecimentos transcorrem e se enlaçam determina a estrutura de oportunidades que se apresentará aos jovens em termos de alcance educacional, ocupacional e de chances de mobilidade social, com consequências importantes para sua posição social na vida adulta. Tais nexos têm sido investigados na literatura internacional (Shavit; Blossfeld, 1993; Shavit; Müller, 1998; Roksa; Velez, 2010) e também foram documentados para o caso brasileiro (Torche; Ribeiro, 2010; Silva; Hasenbalg, 2003; Camarano, 2006; Marteleto; Souza, 2013).

Trabalhos relevantes discutem os regimes de transição escola-trabalho (Walther, 2006) e o processo de complexificação e diversificação dos padrões de transição (Goodwin; O'Connor, 2005; Brzinsky-Fay, 2013), sublinhando os desafios empíricos desse tipo de tema para a pesquisa no campo. Com efeito, a literatura internacional tem documentado o prolongamento do período de transição entre jovens de países desenvolvidos e a dependência deles em relação ao arcabouço institucional da educação vocacional (Quintini; Manfredi, 2009), além de evidenciar as especificidades desse processo para a juventude de países em desenvolvimento (Comin; Barbosa, 2011; Quintini; Martin, 2014; Mont'Alvão; Ribeiro, 2020; Nilsson, 2019). Nestes últimos, são marcantes a informalidade recorrente, a transição frequente entre situações de atividade e inatividade, o acúmulo entre estudo e trabalho e a inserção ocupacional prévia à conclusão da trajetória educacional, que se alinham à oferta insuficiente de formação vocacional, ao prolongamento do período de transição no ciclo de vida dos jovens e das jovens e à segregação de gênero nas trajetórias (Matsumoto; Elder, 2010).

Seguindo esse veio interpretativo, pretendemos apresentar neste artigo evidências a respeito da transição escola-trabalho no caso brasileiro e, assim, contribuir com a literatura empírica ao propor uma tipologia para a interpretação desses padrões. Buscaremos avançar

-Escritório do Brasil) pela autorização para uso, neste texto, de parte dos achados resultantes do contrato de serviço Cebrap-ILO nº 2100154/3501. Paulo Henrique da Silva nos apoiou no processamento dos dados. A quem nos acompanha em parceria neste dossiê, somos devedores pelas sugestões com que nos brindaram em nossas duas oficinas de debates. Somos igualmente gratos a quem realizou a avaliação anônima para a *Novos Estudos Cebrap*.

na caracterização das especificidades do caso brasileiro, concordando com autores que recusam argumentos lineares e reivindicam a complexidade das trajetórias de transição escola-trabalho. Para tal, vamos apresentar uma tipologia empiricamente fundamentada que nos permitirá interpretação da heterogeneidade dos tipos de trajetória da juventude brasileira em relação ao mercado de trabalho.

A principal novidade metodológica deste trabalho em relação à literatura brasileira diz respeito ao modo como foi realizada a análise longitudinal que permitiu a identificação das trajetórias. Partiu-se de um banco de dados colhidos em um *survey* domiciliar por amostra representativa dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, realizado em 160 municípios, como parte do projeto A Transição da Escola para o Trabalho dos/das Jovens no Brasil (doravante TET).² Foram realizadas 3.288 entrevistas pessoais e domiciliares, nas quais os jovens informavam retrospectivamente sobre suas atividades no mercado de trabalho. Isso permitiu montar um calendário dos eventos de todos os indivíduos em todos os anos (vide Anexo metodológico 2), desde o ano 2000 até julho de 2013, momento da entrevista.³ Essa matriz foi o ponto de partida para identificar as trajetórias de cada indivíduo e tratá-las estatisticamente de modo a encontrar padrões típicos, como se mostrará em detalhe adiante.

O desenho deste estudo se distingue das análises quantitativas sobre jovens brasileiros no mercado de trabalho, baseadas em procedimentos metodológicos que identificam as mudanças longitudinais por meio de técnicas de replicação de cortes transversais (*repeated cross-section*), usando dados secundários (a exemplo de Hasenbalg, 2003; Camarano, 2006). Se tal metodologia permite observar a situação do estoque dos indivíduos em cada momento de tempo, não possibilita identificar, como o faremos aqui, o percurso singular de cada indivíduo nem sintetizar os múltiplos percursos em trajetórias típicas (Degenne; Lebeaux; Mounier, 1996; Degenne, 2001).

A metodologia usada neste artigo foi inicialmente testada para o Brasil em estudos que utilizaram os dados da versão longitudinalizada da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Cardoso, 1998, 2000; Guimarães, 2004). Nesses trabalhos, embora a idade fosse uma variável de controle importante, não chegou a haver uma análise sobre as transições dos jovens. Estudos posteriores exploraram essa mesma metodologia para análise de trajetórias de desempregados usando, pela primeira vez, levantamento retrospectivo em módulo especial da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de São Paulo; dessa vez, os jovens em transição de ingresso ao mercado de trabalho eram um dentre os grupos-alvo, selecionados por seu maior risco de passagem pelo desemprego (Guimarães, 2006, 2009; Demazière et al., 2013). Entretanto, e diferentemente da pesquisa de onde extraímos os resultados aqui apresentados (Guimarães;

[2] O estudo TET, promovido pela ILO/Brasil, foi financiado pelo projeto Work4Youth como parte de uma pesquisa mais ampla, realizada em 27 outros países. Para detalhes sobre o desenho amostral, ver Venturi e Torini (2014).

[3] Conquanto o primeiro evento captado pela pesquisa de campo date de março de 1990, muito poucos foram os entrevistados que trabalharam antes de 2000. Isso porque apenas em 1998 os mais velhos (ou seja, aqueles com 29 anos em 2013) haviam atingido 14 anos, a idade legal para estágios; e estes eram somente 5,7% da amostra. Dada a insignificância estatística das informações para os anos 1990, contabilizaremos apenas os eventos ocorridos a partir de 2000.

Marteletto; Brito, 2018), as trajetórias ocupacionais desses jovens não foram analisadas de modo articulado a suas trajetórias educacionais e de nupcialidade/m-parentalidade. Essas são as principais inovações do desenho da pesquisa cujos resultados aqui se apresentam.

A pesquisa se assentou em dois pontos de partida que também informam os alvos deste texto. Em primeiro lugar, as experiências ocupacionais que vamos retratar transcorreram numa conjuntura muito particular, de crescimento econômico e aumento da oferta de postos de trabalho, na maioria formais. Foi um momento marcado, ademais, pela ampliação do acesso à educação formal, em todos os seus níveis, e pela consolidação da queda na fecundidade. Sabemos que percursos laborais se diferenciam de acordo com mecanismos específicos de cada sociedade e que estes variam no tempo. No entanto, era preciso tomar em conta outro ponto de partida: marcadores sociais — como a idade, o sexo, a condição racial, a residência urbano-rural ou as características socioeconômicas do domicílio em que vivem os jovens entrevistados — são variáveis importantes para entendermos as chances de os jovens virem a empreender um ou outro tipo de percurso. Esses marcadores desigualam os destinos dos indivíduos, mesmo sob contextos de expansão econômica e de significativa ampliação de direitos.

Tendo em mente esses pontos de partida, neste artigo analisaremos os percursos dos jovens brasileiros buscando responder a algumas indagações: como se combinam expansão econômica e desigualdades sociais, quando observadas pelo prisma das trajetórias juvenis no mercado de trabalho? Como as trajetórias individuais, marcadas por múltiplas transições ocupacionais, revelam o peso de determinantes estruturais da desigualdade? Pode a expansão eludir, ou ao menos mitigar, as desigualdades?

Nosso argumento será exposto em três partes, além desta introdução. Na primeira, sistematizaremos os modos pelos quais os jovens brasileiros transitam no mercado. Destacaremos a pluralidade dos percursos e a multiplicidade das experiências dos jovens. Na segunda parte, exploraremos os elos entre padrões de percurso e características dos que os perfazem, evidenciando o peso de desigualdades estruturais na diferenciação dos destinos ocupacionais, mesmo em conjunturas favoráveis. As múltiplas experiências juvenis indicadas na primeira parte nos remetem, nesta segunda, ao entendimento de que haveria, por assim dizer, múltiplas juventudes. Na terceira e última parte, argumentaremos, à guisa de conclusão, que a retração econômica atual e a conseqüente crise no mercado de trabalho reforçam essas desigualdades estruturais, seja cumulando despartidos entre grupos que já experimentavam situações desvantajosas, seja dando nova cara às desigualdades estruturais.

1. Os distintos modos de transitar no mercado brasileiro de trabalho

Construir a análise longitudinal dos percursos dos jovens brasileiros requereu montar um calendário mensal de seus eventos ocupacionais utilizando três variáveis: (1) as alternativas de situação no mercado de trabalho (14 no total, cf. Anexo 1); (2) os 3.288 jovens amostrados; (3) os meses para os quais temos informação (282, contados a partir de março de 1990, quando o primeiro evento ocupacional foi identificado). Esta matriz, da ordem de $14 \times 3.288 \times 282$, foi a base de dados para as análises subsequentes.⁴

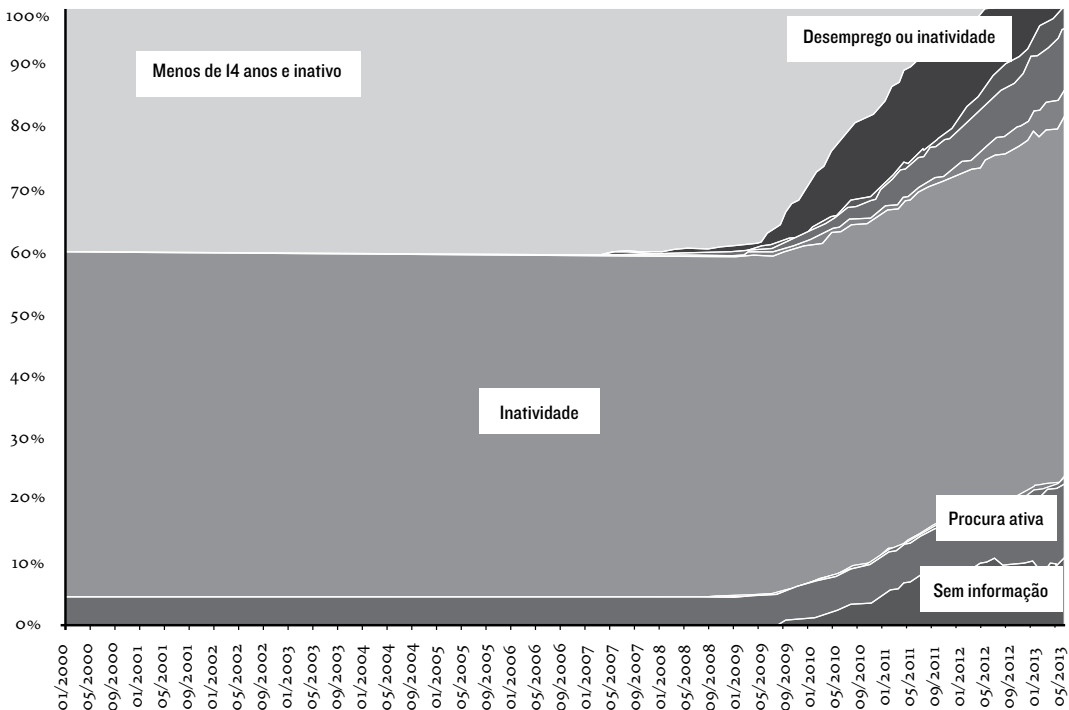
[4] Essa base tem dois limites importantes: (1) um evento ocupacional, na definição da TET, tem duração mínima de três meses, o que resultou em uma subenumeração das experiências laborais; (2) inexistia pergunta sobre o tempo de procura que antecedeu o primeiro evento de trabalho, criando-se um vazio de informação entre o momento em que o entrevistado chegou à idade legal para ingresso no mercado (14 anos, como aprendiz) e o momento em que obteve seu primeiro trabalho. Em razão deste último aspecto, criamos uma categoria ambígua, “desemprego/inatividade” (ver Anexo 1).

Os grupos de idade mostraram-se o principal marcador de mudanças na distribuição da amostra pelas diversas situações no mercado de trabalho. Como se vê no Painel de gráficos 1, são nítidas as diferenças das tendências de inserção dos “adolescentes” (até 17 anos), quando comparadas às dos “jovens” (18 a 24 anos) e dos “jovens adultos” (25 a 29 anos). À medida que a idade avança, as duas situações típicas do engajamento mercantil vão prevalecendo: o assalariamento (com ou sem contrato escrito) e o desemprego (expresso na procura ativa de trabalho). A inatividade, em contrapartida, recua fortemente. Esse

PAINEL DE GRÁFICOS 1 – VARIAÇÃO MENSAL NA SITUAÇÃO FACE AO MERCADO DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE

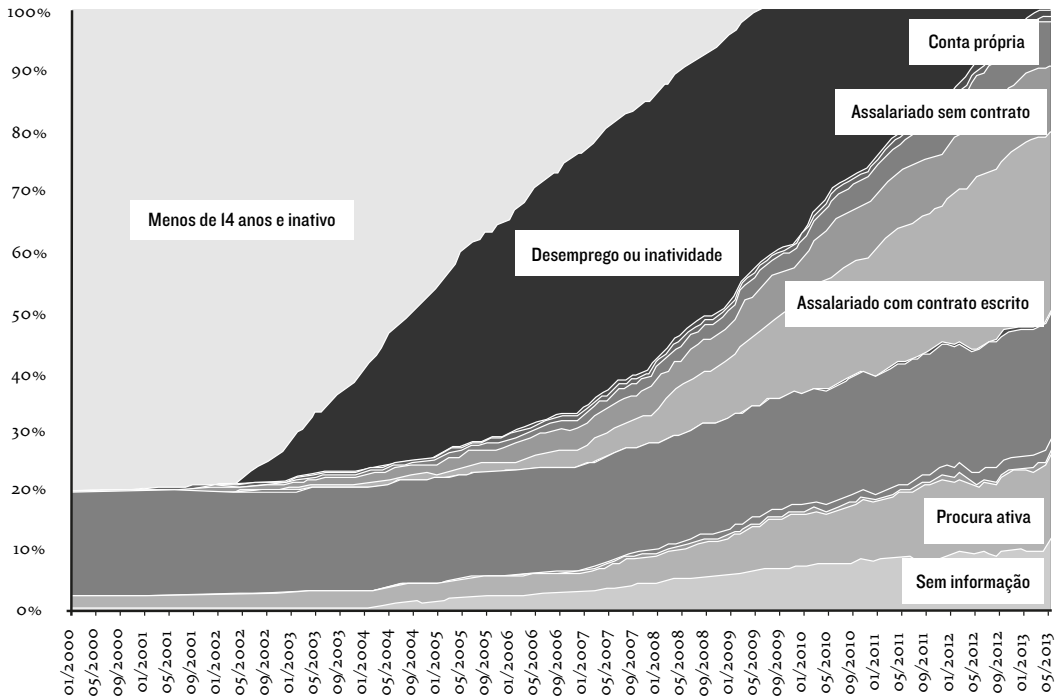
GRÁFICO 1.1

Os “adolescentes” (até 17 anos)



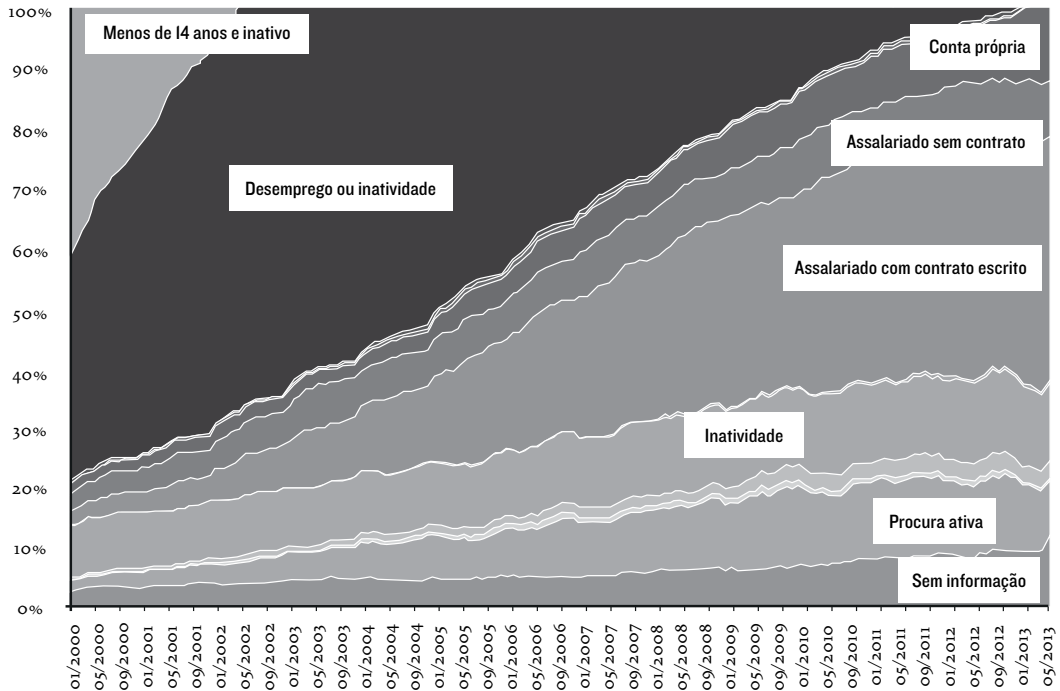
Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

GRÁFICO I.II
Os "jovens" (18-24 anos)



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

GRÁFICO I.III
Os "jovens-adultos" (25-29 anos)



Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

achado denota que as formas de transição são plurais, heterogêneas e precisam, portanto, ser capturadas em sua riqueza.

Embora elucidativo, o calendário não deixa de ser uma simples fotografia que retrata a situação do conjunto da amostra numa sucessão de momentos. É possível ir além, de modo que se identifiquem padrões recorrentes de trajetórias agregadas (Gautié, 2003). Assim, considerando que cada indivíduo, ao longo de sua história laboral, expressava uma combinação possível de transições, identificamos as recorrências e classificamos os casos em padrões típicos.⁵

Como resultado, seis tipos principais de trajetórias laborais foram obtidos (Tabela 1), os quais resumem os percursos dos jovens entre 1990 e 2013: (1) os adolescentes em formação; (2) os jovens com experiência recente e variada; (3) os jovens em trânsito para o assalariamento; (4) os jovens que alcançaram inserção estável e estruturada; (5) os jovens adultos com um tempo de inserção no mercado mais longo, sob maior risco de desemprego; e (6) os jovens adultos que, apesar de sua inserção laboral mais recente, têm maior comando sobre as condições de seu trânsito no mercado de trabalho.

Os três primeiros tipos se destacam, pois, somados, descrevem o padrão de percurso de nada menos que $\frac{3}{4}$ dos entrevistados. As três outras categorias, conquanto reúnam uma massa menor de casos, tipificam situações relevantes, por serem indicativas de marcadores de desigualdades que estruturam nossa sociedade, seja negativamente (tipo 5), seja positivamente (tipos 4 e 6).

A Tabela 2 resume a caracterização dos tipos de trajetória de acordo com características demográficas individuais (sexo, raça, idade) e familiares (classe de origem, conjugalidade, parentalidade), de escolarização (nível educacional e frequência) e de participação no mercado de trabalho.

[5] Usamos a análise fatorial pelo método de componentes principais, combinando-a com a análise de *clusters*. O número adequado de fatores foi obtido pela técnica *scree plot*, que mede quanto da variância é explicado por fator extraído (em nosso calendário, quatro fatores respondiam por 86,1% da variância). A análise de *clusters* agrupou os dados em seis classes de percursos, após medir suas relações de proximidade e separá-los segundo suas distâncias. Os anexos 2 e 3 explicitam as decisões técnicas aqui sumarizadas; estas são descritas detalhadamente em Guimarães, Marteleto e Brito (2018).

TABELA 1
Os tipos de trajetórias agregadas

Tipos/classes de trajetória	% Simples	% Acumulado
1. Adolescentes em formação	28,4	28,4
2. Os recém-chegados: jovens com experiência recente e variada	23,9	52,3
3. Jovens em trânsito para o assalariamento	22	74,3
4. Jovens com inserção estável e estruturada	11,3	85,6
5. Jovens adultos com longa inserção e maior risco de desemprego	7,5	93,1
6. Jovens adultos com inserção recente e maior comando sobre circulação no mercado	6,9	100
	100	

Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

O tipo 1 reúne quase um terço dos casos da amostra (28,4%). É denominado “*adolescentes em formação*” porque a maioria das pessoas nesse grupo dizia não estar disponível para o trabalho e ainda frequentando a escola; compreensível, pois quase 60% do grupo tinha entre 15 e 19 anos. Diferentemente dos outros tipos, muito poucos (12,8% apenas) haviam tido alguma experiência de trabalho. Nessa classe de percurso predominam as jovens (58,8%); não deixa de ser significativo que 6,2% delas se reconhecessem impossibilitadas para o trabalho por estarem grávidas.

O tipo 2 agrupa 23,9% da amostra. Reúne jovens que já haviam tido uma primeira experiência ocupacional (92,8%), embora recente. Por isso, denominamo-nos “*os recém-chegados*”. São um grupo muito jovem (idade média de 20 anos, similar ao grupo 1) e equilibrado em sua composição por sexo. Diferentemente do grupo 1, para quem a adolescência corresponde a um período de formação e preparo para o ingresso no mercado de trabalho, o trabalho já é parte da vida dos integrantes do grupo 2, caracterizando-se pelo intenso fluxo entre situações laborais.

O tipo 3 congrega 22% dos casos. É um grupo com idade um pouco mais elevada que os anteriores (em média 22,4 anos) e que começou a trabalhar há mais tempo (sua vida produtiva ocupou, em média, 16% de seu tempo de vida ativa). Casados (34,4%) e com filhos (32,5%) são mais frequentes, e poucos seguem estudando (25,4%). Estão mais próximos da autonomização em relação à família de origem, têm mais experiência no mercado de trabalho e já estão mais distantes do momento de formação educacional. Ademais, rapidamente ingressam no trabalho assalariado, e muitos deles se mantêm em trabalhos formais e protegidos. Por isso, denominamos esse tipo de percurso como o dos “*jovens em trânsito para o assalariamento*”.

Os três últimos tipos de percurso perfazem uma minoria dos casos (apenas 25,7%). Apesar disso, são analiticamente muito relevantes. Na trajetória de tipo 4 se agrupam “*jovens com percursos estáveis e estruturados*”. Eles têm experiência significativa de assalariamento duradouro, estão menos sujeitos ao desemprego e já passaram 25% de sua vida ativa inseridos no mercado de trabalho. São apenas 11,3% dos casos, mas têm perfil particular: predominam os rapazes (56,9%), a idade média é mais elevada (24,3 anos) e a proporção de brancos se destaca em relação aos demais grupos (40%). É um dos grupos com níveis mais altos de escolaridade (20,1% com nível superior), denotando uma origem social mais elevada. A confluência entre os marcadores de cor, sexo e origem social pode se constituir em vantagem relativa.

Já no quinto tipo de percurso (7,5% da amostra) é notável o peso de jovens provindos de famílias mais pobres (mais de 80% têm pais trabalhadores manuais e domésticos), sendo este também o tipo com maior proporção de jovens negros. Os que nele se enquadram apresentam a média de idade mais elevada (26,3 anos) e os níveis de conjugalidade e

parentalidade mais altos. Têm as menores taxas de frequência à escola e a menor proporção de ingresso no nível superior, quando comparados com os tipos de perfil etário semelhante (tipos 4 e 6). Em contrapartida, são os que passaram mais tempo de sua vida ativa no mercado de trabalho (39%). O desemprego se faz presente em suas trajetórias mais que em qualquer dos grupos, embora o assalariamento (com ou sem contrato) seja dominante em seus percursos. Os marcadores de idade, cor e escolaridade apontam para a chance de sua maior desvantagem relativa. No tipo de trajetória dos “*jovens adultos, com longa inserção no trabalho e maior risco de desemprego*” evidencia-se o peso das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, presentes mesmo em conjunturas do mercado de trabalho particularmente favoráveis.

O tipo 6 também reúne poucos casos (6,9%). Como no tipo 5, predominam rapazes (61,5%), pessoas com escolaridade mais elevada (47,3% concluíram o ensino médio e 22% tinham ingressado no ensino superior) e nupcialidade e parentalidade mais baixas. São os jovens com origem social mais privilegiada (20% deles têm pais profissionais de nível superior). Apesar de a idade média ser das mais altas (25,2 anos), a primeira experiência de trabalho desses jovens é mais recente e a participação no mercado ocorre há bem menos tempo em sua vida ativa (29%), se comparada ao tipo 5, numa trajetória igualmente marcada pelo assalariamento. Seu maior comando sobre o mercado se exprime pelo estabelecimento mais tardio de vínculo, bem como pelo maior relevo da passagem à inatividade (depois do primeiro trabalho). Por isso, os denominamos os “*jovens adultos com inserção mais recente e maior comando sobre a circulação no mercado*”. Eles são a contraface do grupo anterior e dão testemunho de como desigualdades estruturais podem obstaculizar (tipo 5) ou favorecer (tipo 6) as experiências juvenis no mercado.

Em conjunto, as pistas observadas até aqui reforçam o entendimento de que os percursos laborais são socialmente determinados e refletem características externas ao mercado de trabalho que estruturam o funcionamento deste. Na seção seguinte, investigaremos o peso explicativo de fatores como sexo, raça, posição no ciclo de vida e caracterização social do domicílio, a fim de verificar que características mais se associariam aos tipos de trajetórias. Isso nos permitirá apontar para possíveis desigualdades estruturais, mais duradouras, que, mesmo num contexto de crescimento econômico e de ampliação das oportunidades ocupacionais, alterariam as chances dos diferentes indivíduos no mercado de trabalho.

2. *Nossas múltiplas juventudes: as desigualdades nas chances associadas aos percursos ocupacionais*

Distintos fatores podem contribuir para alterar a chance de que um indivíduo venha a perfazer certo tipo de percurso no mercado de trabalho. Nesta seção exploraremos quatro dimensões:

- (a) *Atributos individuais*: como sexo, raça e condição no domicílio (se o jovem é pessoa de referência ou cônjuge);
- (b) *Posição no ciclo de vida quando da realização da pesquisa*: estimada pelo tempo desde o nascimento do primeiro filho, desde o abandono da escola, desde o primeiro registro de evento ocupacional e desde o estabelecimento de relação de conjugalidade (estimada pelo tempo transcorrido desde o início da coabitação);
- (c) *Relação com o mercado de trabalho*: as proporções de tempo de busca ativa por ocupação e de assalariamento (desde o primeiro registro de evento ocupacional);⁶
- (d) *Caracterização social do domicílio de origem*: escolarização dos pais, existência de pessoa de referência e cônjuge no domicílio de origem, e condição de migração (se o jovem é migrante ou não).

[6] Trata-se de indicadores da qualidade da relação com o mercado, que, assim, evitam contaminação com as variáveis usadas para criar a tipologia de percursos.

A Tabela 3 apresenta as correlações entre os seis tipos de trajetórias e as variáveis utilizadas na caracterização dessas quatro dimensões.⁷ No que concerne à primeira dimensão, todos os atributos individuais se associam às classes de trajetória. Homens estão menos relacionados à classe 1 (dos adolescentes em formação) e mais aos três tipos de percursos que vimos ser os mais virtuosos no mercado laboral, seja pela marca do trânsito para o assalariamento (classe 3), seja pela maior estabilidade e estruturação dos trajetos (classe 4), seja, ainda, pelo maior comando sobre a inserção no mercado (classe 6). E se os brancos têm peso destacado entre os mais jovens e que estão fora do mercado (classe 1, dos adolescentes em formação), esse tipo de percurso está ainda mais fortemente associado à situação laboral das mulheres.

[7] Para medir tal correlação usaremos o coeficiente de Spearman (ρ), medida não paramétrica de associação mais adequada à natureza de nossas variáveis, muitas das quais ordinais ou nominais.

Em relação à raça,⁸ as pessoas que se autodeclaravam “pretas” tinham maior probabilidade de pertencer à classe 5, de jovens adultos com longa inserção no trabalho, sob maior risco de desemprego e com maior tempo decorrido desde o abandono dos estudos. Já entre os jovens “brancos” há associação positiva com a classe 1 (dos adolescentes em formação) e negativa com a classe 5 (dos jovens sujeitos a maior risco no desemprego). Ou seja, a seletividade racial distribui “pretos” e “brancos” em classes de percurso laboral contrapostas, o que parece não operar no caso dos mestiços (aqueles que se declararam “pardos”). Tais resultados indicam o peso de um fator que estrutura as desigualdades de modo durável no caso brasileiro.

[8] Usaremos aqui a autotransformação como “branco”, “pardo” e “preto”, a fim de capturar melhor as desigualdades no acesso a oportunidades entre “pretos” e “pardos”, documentadas, dentre outros, por Silva (1985) e Telles (2004).

A condição no domicílio é um importante indicador de autonomização. Assim, aqueles pertencentes à classe 1 (adolescentes em formação) e, em especial, à classe 2 (os recém-chegados ao mercado) tendem a ocupar a posição de filhos no domicílio. Já os jovens das classes 4, 5 e 6 têm mais chances de ser pessoas de referência ou cônjuges. A variação da idade para cima aumenta a propensão a

TABELA 2
Caracterização dos tipos de trajetória

	Tipos / classes de trajetória					
	1	2	3	4	5	6
Idade						
Média	20,1	20,1	22,4	24,3	26,3	25,2
Mediana	18	19	22	25	27	26
Sexo						
Feminino	58,8	51,2	45,4	43,2	47,9	38,5
Masculino	41,2	48,8	54,6	56,8	52,1	61,5
Raça						
Não branco	60,6	66,8	62,7	60	70	66,4
Branco	39,4	33,2	37,3	40	30	33,6
Conjugalidade						
Sim	28,3	22,6	34,4	44,6	60,1	49,8
Proporção de tempo casado/casada em relação à idade	0,07	0,04	0,06	0,10	0,14	0,11
Tem filho/a(s)						
Sim	26,9	23	32,5	48,5	57,7	51,1
Proporção de tempo de nascimento do 1º filho/filha em relação à idade	0,06	0,04	0,06	0,10	0,14	0,11
Classe família de origem						
profissionais de nível superior	16,3	14,8	11,3	17,9	16,1	20,7
trabalhadores não manuais de rotina	9,2	9,3	9	6,6	3,3	7,9
trabalhadores manuais qualificados	39,7	47,7	46,9	46	44,5	41,8
trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais	30,3	24,2	28	25,3	31,1	27,2
trabalhadores domésticos	4,5	4	4,8	4,2	4,9	2,4
Frequência escolar						
Frequenta escola	57,3	43,4	25,4	21,9	11,5	15,9
Escolarização						
Entrada ensino médio	60,7	67,2	69,3	69,4	61,9	65,5
Conclusão ensino médio	21,1	31,6	43,3	49,7	47,4	47,3
Entrada ensino superior	9,3	10,7	14,7	20,1	15,6	22
Proporção de tempo transcorrido desde a saída da escola em relação à idade	0,09	0,08	0,14	0,17	0,24	0,18
Experiência de trabalho						
Sim	12,8	92,8	89,3	91,7	91,9	86,1
Proporção de tempo transcorrido desde o 1º registro ocupacional em relação à idade	0,07	0,07	0,16	0,25	0,39	0,29
Proporção de meses como assalariado em relação ao total de meses desde o 1º registro ocupacional	0,07	0,62	0,54	0,56	0,51	0,49

Fonte: Pesquisa OIT/TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

esse movimento de autonomização com relação ao domicílio de origem, movimento este que está, entretanto, longe de ser linear. Prova disso é que ocorre de modo distinto entre os jovens adultos; essa propensão é especialmente mais elevada entre aqueles da classe 5 (jovens adultos com maior proporção de negros). O fim da carreira educacional (pelo abandono escolar) marcaria, nesse grupo, a transição para a vida adulta. É provável que muitos retornem mais tarde aos estudos, mas como “trabalhadores adultos”, conforme assinalado por Comin e Barbosa (2011).

Tais resultados permitem precisar melhor o achado inicial sobre a importância da idade. Ela tende a ser maior entre os entrevistados grupados na classe 5, mas também está positivamente associada (de forma crescente) aos das classes 3, 4 e 6, que abarcam os percursos mais virtuosos no mercado laboral. Entre os jovens grupados nas classes 1 e 2, por outro lado, quanto mais alta a idade do entrevistado, menores as chances de que ele perfaça essas trajetórias. A análise dos outros indicadores desta primeira dimensão deixa também evidente que outros atributos individuais contribuem para o entendimento da distribuição dos casos pelas seis classes de percursos.

Sobre o efeito do ciclo de vida, as medidas parecem ter boa capacidade de diferenciar as classes de trajetória. Os jovens das classes 1 e 2 têm, em geral, menos tempo transcorrido entre a formação de uma união conjugal e a data da pesquisa, o oposto do que ocorre com as classes 4, 5 e 6 (em especial com a classe 5). Evidências de padrões similares são observadas para os demais marcadores. Nota-se como as classes 1 e 2 têm associação negativa com o tempo transcorrido desde o nascimento do primeiro filho, o oposto do que ocorre com as classes 4, 5 e 6. Ambos os achados denotam, como seria de esperar, que idade e posição no ciclo de vida andam juntas. Quando se considera o tempo transcorrido desde o abandono dos estudos, há uma associação negativa aos tipos 1 e 2, sugerindo tratar-se, nesses dois casos, de jovens que saíram da escola há pouco tempo ou ainda não saíram. Entretanto, o tempo desde o abandono dos estudos está positivamente associado a *todas* as demais classes de trajetória, com maior proporção no caso da classe 5. Novamente encontramos como a interrupção da trajetória escolar está associada à dinâmica do curso da vida, de modo que, “ao terminar de estudar, vira-se adulto”.

A associação das trajetórias com o tempo transcorrido desde o primeiro registro de evento ocupacional mostrou-se claramente: a correlação negativa é muito alta na classe 1, o que reforça o entendimento de que se trata, no geral, de um grupo de jovens ainda não inseridos ou inseridos há pouco tempo no mercado de trabalho. Os jovens da classe 5 mais uma vez se contrapõem a esse padrão,

TABELA 3

Correlação de Spearman entre as variáveis indicadoras dos tipos de trajetória e as variáveis de caracterização de atributos individuais, ciclo de vida, mercado de trabalho e domicílio de origem

	Tipos / classes de trajetória					
	1	2	3	4	5	6
Atributos individuais						
sexo (masculino = 1)	-0,11	-0,01	0,05	0,05	0,01	0,07
idade	-0,29	-0,22	0,09	0,21	0,29	0,21
Raça (branco = 1)	0,04	-0,03	0,01	0,02	-0,04	-0,02
Raça (preto = 1)	-0,02	0,00	0,00	-0,03	0,04	0,03
Raça (pardo = 1)	-0,02	0,03	-0,01	0,00	0,01	0,00
Condição no domicílio (pessoa de referência ou cônjuge = 1)	-0,10	-0,13	0,01	0,09	0,18	0,10
Ciclo de vida						
Conjugalidade	-0,08	-0,14	0,00	0,10	0,18	0,10
PRIMEIRO FILHO	-0,10	-0,13	-0,01	0,12	0,18	0,12
PAROU ESTUDO	-0,24	-0,14	0,10	0,14	0,21	0,14
1º registro de trabalho	-0,56	-0,14	0,19	0,29	0,36	0,25
Mercado de trabalho						
Proporção de tempo como ASSALARIADO	-0,60	0,29	0,18	0,13	0,08	0,06
Proporção de tempo EM PROCURA ATIVA	-0,30	-0,06	0,20	0,09	0,15	0,07
Domicílio de origem						
Escolarização dos pais	0,02	0,05	-0,02	-0,03	-0,07	0,00
Migrante	-0,10	0,04	0,02	0,02	0,04	0,01
Pai e mãe no domicílio de origem	-0,01	-0,01	0,01	0,01	0,01	-0,01

Fonte: Pesquisa OIT /TET – Transição da Escola para o Trabalho, 2013. Processamento próprio.

com associação positiva e alta com o indicador — o mesmo ocorre, ainda que com menor intensidade, entre os jovens das classes 4, 6 e 3, respectivamente.

Em suma, observando como variam as chances de perfazer cada um dos tipos de percurso conforme a posição dos indivíduos em marcadores importantes de seus cursos de vida, pode-se concluir que os jovens da classe 1, em média, ainda não iniciaram a transição para a vida adulta, pois para eles transcorreu, proporcionalmente, menos tempo desde a ocorrência dos marcos que a indicam: união conjugal, nascimento do primeiro filho, abandono dos estudos e inserção ocupacional. O outro lado dessa história nos é contado pelos jovens da classe de trajetória 5: são os mais propensos a já ter realizado tal transição, o que se evidencia pelo maior tempo de vida transcorrido desde qualquer um dos marcadores do curso da vida considerados. Entre esses dois polos

estão as demais categorias da tipologia de trajetória, com a classe 2 mais próxima ao perfil observado para a classe 1 e as classes 3, 4 e 6 mais próximas ao que observamos para o perfil da classe 5.

A terceira dimensão nos diz da relação com o mercado de trabalho. A proporção de tempo de assalariamento e procura ativa na trajetória profissional está muito associada, mas de forma negativa, à classe 1 — o que seria de esperar, pois se trata do tipo que reúne os adolescentes em formação. O tempo de assalariamento, por outro lado, encontra-se positivamente associado aos demais tipos de percurso, em especial ao 2, sugerindo que se trata de jovens cuja inserção no mercado é, em geral, recente e em ocupações com relações assalariadas de trabalho. Por fim, a importância da procura de trabalho caracteriza principalmente os percursos de tipo 3 e 5, para os quais tal procura comprometeu maior proporção do tempo de suas trajetórias profissionais; a insegurança laboral parece dar o tom ao percurso desses grupos.

Em relação às características do domicílio de origem, nossos resultados sugerem associação relevante com apenas algumas das classes de trajetória. A escolarização dos pais apresenta associação significativa e positiva somente com a classe de percurso 2, sugerindo que estes sejam jovens provenientes, em média, de domicílios com pais de escolarização mais alta. Inversamente, a associação é negativa com os jovens da classe 5. Já a condição de migração é uma característica mais marcante entre as classes 2 e 4, e menos marcante na classe 1. A existência de pai e mãe no domicílio de origem não se associa a qualquer das classes de trajetória.

Resumindo: os resultados reforçaram as pistas reunidas na seção anterior e mostraram um padrão consistente de associação entre as classes de trajetória e os indicadores das quatro dimensões (atributos individuais, posição no ciclo de vida, qualidade da inserção no mercado de trabalho e características do domicílio de origem). Documentamos a diversidade de perfil dos seis tipos de percurso e apontamos para a existência de desigualdades estruturais que alteram as chances de um indivíduo ter uma trajetória de melhor ou de pior qualidade, mesmo em uma conjuntura que lhe seria favorável quanto à disponibilidade e à qualidade das oportunidades ocupacionais. Vimos, ademais, como as quatro dimensões se entrecruzam, consolidando algumas trajetórias características de pessoas brancas e outras de pessoas pretas, em especial no que concerne ao momento de estabelecer relações de conjugalidade ou ter filhos. Em parte delas, o tempo de estudo é maior; noutras, a inserção ocupacional é mais precoce. Os melhores percursos pareciam mais prováveis entre jovens em domicílios com famílias cujos pais tinham maior escolaridade e/ou melhor ocupação. Encontramos que, na classe com maior número de autodeclarados “pretos”, os jovens tendiam

a transitar entre os piores percursos, marcados pelo maior risco de desemprego ou pelo emprego em ocupações de menor qualidade, em consequência de sua menor escolaridade ou de experiências de conjugalidade e/ou parentalidade. Ou seja, seria possível dizer que estamos diante de formas de “segregação de percurso”, e não apenas das formas habitualmente descritas de segregação ocupacional.

Tudo isso reforçou nosso entendimento de que olhar para a população de 14 a 29 anos é olhar para muitas juventudes, e de que nossa tipologia é uma forma de expressão, ainda que incompleta, dessa multiplicidade.

3. Da amostra à população, do retrospecto à prospecção: reflexões finais

Os achados para a amostra do *survey* TET aqui analisada podem ser enriquecidos se postos em perspectiva, indagando sobre a consistência de nossas conclusões sobre os “adolescentes”, os “jovens” e os “jovens adultos” *vis-à-vis* as características desses três grupos na população e tendo em conta a dinâmica do mercado de trabalho documentadas na literatura (Sposito; Souza; Silva, 2018; Mont’alvão; Ribeiro, 2020). Para tanto, tomamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos à inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho entre 2013 e 2018.

Hávamos salientado que o ano de coleta dos dados, 2013, representou o ponto alto de um ciclo de melhorias no mercado de trabalho que teve início no começo da década anterior. Os níveis de emprego e renda foram os mais altos de todo o período, e a taxa de desemprego, a mais baixa. O nível de escolarização da população cresceu, e o acesso ao ensino superior se ampliou. Entretanto, mesmo em um contexto tão positivo, as condições de acesso ao mercado de trabalho e de permanência nele variaram conforme a idade, o sexo, a cor, a posição na família, o ciclo reprodutivo, a origem social e o nível de instrução dos indivíduos. Esse período de ampliação de oportunidades de trabalho se encerrou em 2014. De acordo com a PNAD, observa-se em 2015 e 2016 deterioração do mercado de trabalho, com crescimento do desemprego, deslocamentos de ocupações assalariadas formais para ocupações informais e por conta própria, e encolhimento das remunerações, tendência dramaticamente aprofundada em princípios de 2020, com a eclosão da pandemia da Covid-19. Como este novo ciclo nacional impacta os jovens das categorias etárias que analisamos? Terão os ciclos expansivos sido capazes de alterar as desigualdades estruturais que afetavam esses indivíduos?

Entre os jovens de 14 a 17 anos, em 2013, 20% se encontravam no mercado de trabalho. Essa inserção precoce, duas vezes mais frequente entre os homens que entre as mulheres, já era precária e instável, com taxas de desocupação para a faixa etária cerca de três vezes maiores

que a média do mercado de trabalho. Entre os empregados, perto de 60% eram assalariados em empresas privadas, sendo $\frac{1}{4}$ com contrato formal de trabalho (entre os adultos, essa proporção é inversa, com $\frac{3}{4}$ dos ocupados em empresas privadas com vínculo formal), quase 20% desses adolescentes eram trabalhadores que ajudavam familiares em seus negócios, sem remuneração, e perto de 10% trabalhavam por conta própria. O fenômeno do desalento afetava desproporcionalmente esse grupo (2,4% entre adolescentes e 1% para o conjunto da força de trabalho), sendo quase duas vezes mais frequente entre os adolescentes não brancos que entre os brancos.

A partir dos 18 anos, a maior parte dos jovens brasileiros já se encontrava inserida no mercado de trabalho. Na faixa de 18 a 24 anos, perto de 70% deles (80% entre os homens) trabalhava ou procurava emprego. Sua taxa de desocupação era duas vezes maior que a média da força de trabalho, o que mostra que, mesmo em uma conjuntura favorável, o início da vida laboral é difícil e incerto quando não se tem experiência profissional prévia nem, como ocorre para a maioria, um diploma de ensino técnico ou superior. Dos que estavam empregados, cerca de 70% trabalhavam em empresas do setor privado, 50% sob contratos formais e 20% na informalidade; os trabalhadores por conta própria somavam 10%, e os funcionários públicos, 7%; trabalhadores familiares sem remuneração e jovens dedicados ao trabalho doméstico representavam 4% cada. A contrapartida desse elevado nível de participação é um enorme recuo da proporção dos que frequentavam a escola; apenas 30% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda estudavam, contra 90% entre os de 14 a 17 anos. Esse grupo, portanto, se encontrava quase plenamente inserido no mercado de trabalho e fora da escola — embora a grande maioria não tenha ultrapassado o nível médio de ensino —, com características de inserção muito semelhantes às dos grupos adultos. Sair da escola nessa idade não significa abandonar os estudos para sempre; muitos buscarão formação de nível superior em outro momento da vida, mas o arco de escolhas possíveis no início de seus percursos profissionais será certamente condicionado por esse déficit educacional. É justamente nesse grupo etário que a condição conhecida como “nem-nem” (referência a jovens que não estão nem estudando nem trabalhando) se torna mais aguda (média de 17,6%, contra 6,9% entre adolescentes), particularmente entre mulheres (25%, ante 10% entre homens). Além de demonstrar a permanência do pertencimento ao segmento dos nem-nem como aspecto estrutural (Cardoso, 2013) das desigualdades na inserção educacional e ocupacional dos jovens no país, esse achado sinaliza o impacto negativo da desigual distribuição do fardo das obrigações domésticas na construção da vida profissional das mulheres.

Entre os jovens adultos (25 a 29 anos), a taxa de participação no mercado de trabalho já era idêntica à dos adultos (30 a 54 anos), em torno de 80% (90% entre homens, 65% entre as mulheres). Não obstante, essa coorte apresentava taxa de desocupação maior: 9% contra 5% entre os adultos. Em 2013, cerca de 65% deles trabalhavam em empresas do setor privado (50% com carteira assinada, 15% sem registro); 15% por conta própria; 10% eram funcionários públicos; 4% estavam no emprego doméstico e 2% eram empregadores. Nesta coorte, perto de 10% estudavam, e a condição de nem-nem era similar em proporção à daqueles entre 18 e 24 anos, com acentuação da desigualdade de gênero (7% entre homens e 26,4% entre mulheres). Assim, a principal distinção entre os jovens adultos e os adultos é a taxa de desocupação mais elevada entre os primeiros, possivelmente associada à maior circulação entre ocupações. Em suma, pode-se dizer que esta coorte se encontrava plenamente integrada ao mercado de trabalho.

Após três anos de recessão econômica, a taxa de desocupação havia saltado de 7,2% para 12%, segundo a PNAD 2018. Entre os adolescentes, quase dobrou, passando de 21% para 41% (47% entre as mulheres); entre os jovens e os jovens adultos, as taxas acompanharam a subida da média geral. A deterioração das condições de ingresso e permanência no mercado de trabalho, porém, foi dramática: entre os jovens (18 a 24 anos), a soma das modalidades mais precárias de ocupações (assalariamento informal, trabalho por conta própria e emprego doméstico) cresceu 9 pontos percentuais (de 35% para 44%); entre os jovens adultos, a alta foi da ordem de 7 pontos percentuais. Entre os adolescentes, contudo, as variações na composição do emprego foram marginais, indicando que, para estes, a inserção é preponderantemente precária, seja qual for a conjuntura. Nesse grupo, a condição de desalento salta de 2,4% para 5,6% (4,3% entre os brancos, 6,4% entre os não brancos, com pouca diferença entre os sexos). Na faixa de 18 a 24 anos, o desalento salta de 1,7% para 4,9% (2,9% entre brancos e 6,3% entre não brancos); e, na faixa de 25 a 29 anos, vai de 1,1% para 2,8% (1,7% entre brancos, 4% entre não brancos). Não resta dúvida de que, se a condição de desalento é marcada pelas desigualdades estruturais entre brancos e não brancos no Brasil, a condição de “nem-nem” tem um inequívoco componente de gênero, por força de uma divisão sexual do trabalho que reserva às mulheres a responsabilidade pelas funções reprodutivas na esfera doméstica. Os dados sugerem, assim, que os ciclos econômicos de crescimento podem atenuar momentaneamente essas desigualdades. Entretanto, o caráter estrutural dos fatores que as engendram fica patente quando se constata que bastaram quatro anos de estagnação para que elas se ampliassem novamente, anulando o ganho que se imaginava ter havido em doze anos de crescimento.

Para seguir pensando em perspectiva, uma segunda e última indagação seria cabível: o que esperar, então, do impacto de conjunturas adversas sobre os padrões de trajetória que descrevemos nas seções anteriores? Sabemos, em primeiro lugar, que a crise econômica reforça algumas das desigualdades estruturais que se mostraram salientes. Evidências recentes⁹ mostram-no tanto no que diz respeito ao comportamento das taxas de desocupação por idade quanto aos nexos entre idade, sexo e raça. Por outro lado, a conjuntura de crise que atingiu o mercado de trabalho brasileiro a partir de 2015 pôs a nu outras facetas. As desigualdades estruturais no mercado de trabalho passaram a se exprimir por meio de novos fenômenos, pouco evidentes anteriormente, capturados com mais precisão por novas medidas. Tal foi o caso do crescimento do desalento, a indicar que a fronteira entre o desemprego e a inatividade adquirira, nessa crise de empregos, o relevo que, na crise dos anos 1980, tivera a fronteira entre o desemprego e a ocupação oculta pelo trabalho precário. Os dados recentes têm evidenciado que o fenômeno se destaca entre os jovens (que constituem metade do contingente dos desalentados), entre os negros (73% deles em situação de desalento) e entre os pouco escolarizados (68% dos desalentados não chegaram a concluir o ensino médio). Chama atenção uma coincidência: como vimos nas seções anteriores, era justamente essa a conjunção de características que aumentava significativamente a chance de perfazer-se, nos períodos de expansão, o pior dos tipos de trajeto, aquele representado na classe dos “jovens adultos com inserção longa e sob alto risco de desemprego”.

Levantamos, assim, a hipótese de que as políticas entre 2015 e 2019 provavelmente afetaram a natureza dos padrões de percurso, aprofundando desigualdades. E o fizeram tanto como efeito da contração do trabalho formal decorrente da crise econômica quanto pelas sucessivas mudanças na legislação do trabalho, as quais, desde a alteração nas regras do seguro-desemprego em 2015 até a reforma trabalhista de 2017, atingiram dispositivos que favoreciam os trabalhadores. Ainda mais recentemente, “pacote” e medidas extraordinárias, mesmo quando lançados sob a justificativa de estimular a geração de emprego, terminavam por investir contra direitos. Tais iniciativas têm afetado diretamente e de formas diversas os jovens, em especial aqueles cujo perfil tipificava os modelos de trajetória marcados por maior insegurança e risco, mesmo em uma conjuntura mais favorável. Essas políticas definiram novas tendências, de efeitos diversos conforme a situação dos jovens na estrutura das desigualdades. Pelo menos duas dessas tendências podem ser sublinhadas. Em primeiro lugar, a tendência à *perda de qualidade nas ocupações onde predominam os jovens*, com danos maiores para jovens

[9] Algumas das quais documentadas em outros artigos deste mesmo dossiê.

negros e mulheres em famílias de baixa renda. Em segundo lugar, a tendência à *ampliação do desalento, especialmente juvenil* (negro e de baixa escolaridade) e à exclusão simultânea da escola e do mercado de trabalho entre as mulheres, que está ligada ao desempenho de atividades de cuidado para que outros membros da família possam se manter no mercado, o que desafia as categorizações apressadas sobre os chamados “nem-nem” (subentendidos como aqueles que “não estão fazendo nada”) e as políticas a eles dirigidas.

Quando à crise econômica (associada a reformas nas regras de regulação do mercado de trabalho) se somaram uma crise sanitária de proporções desconhecidas, na forma da pandemia da Covid-19, e uma aguda crise política, a inserção dos jovens tornou-se ainda mais instável, deixando mais evidentes as desigualdades que os diferenciam. Isso torna urgente renovar as análises sobre trajetórias juvenis no Brasil nos momentos que sucederão essa inaudita e perversa combinação de alterações nas formas de operação do mercado de trabalho.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES [<https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>] é doutora em sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México e professora titular sênior do departamento e do programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, além de pesquisadora do CNPq associada ao Cebrap. Neste artigo, foi corresponsável pela análise dos dados, pela formulação dos argumentos principais e pela redação final do texto.

MURILLO MARSCHNER ALVES DE BRITO [<https://orcid.org/0000-0002-4969-554X>] é mestre em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, onde é também professor no departamento de sociologia. Neste artigo foi corresponsável pela análise dos dados, pela formulação dos argumentos principais e pela redação final do texto.

ALVARO AUGUSTO COMIN [<https://orcid.org/0000-0001-8423-0628>] é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo e professor do departamento e do programa de pós-graduação em sociologia da mesma instituição. Neste artigo foi corresponsável pela análise dos dados, pela formulação dos argumentos principais e pela redação final do texto.

Recebido para publicação
em 1º de junho de 2020.

Aprovado para publicação
em 11 de setembro de 2020.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

118, set.–dez. 2020

pp. 475-498

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alisson, Paul D. *Event History Analysis: Regression for Longitudinal Event Data*. Newbury Park: Sage, 1984.
- Brzinsky-Fay, Christian. “The Measurement of School-to-Work Transitions as Processes: About Events and Sequences”. *European Societies*, n. 16, v. 2, 2013, pp. 213-32.
- Camarano, Ana Amélia (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- Cardoso, Adalberto Moreira. “Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística”. *Dados*, n. 41, v. 4, 1998, pp. 701-50.
- _____. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- _____. “Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação”. *Cadernos CRH*, n. 26, p. 68, 2013, pp. 293-314.

- Comin, Alvaro Augusto; Barbosa, Rogério Jerônimo. “Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 91, 2011, pp. 75-95.
- Degenne, Alain. “Introduction à l’analyse des données longitudinales”. *Sciences Humaines*, 2 nov. 2001. Disponível em: www.scienceshumaines.com/textesInedits/De.pdf.
- _____; Lebeaux, Marie-Odile; Mounier, Lise. *Typologies d’itinéraires comme instrument d’analyse du marché du travail*. Troisième journées d’études Céreq-Cérétim-Lasmas IdL, Rennes, pp. 23-4, 1996.
- Demazière, Didier; Guimarães, Nadya Araujo; Hirata, Helena; Sugita, Kurumi. *Être Chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo: une méthode de comparaison internationale*. Paris: Presses de Sciences Po, 2013.
- Elder Jr., Glen H. *Life Course Dynamics: Trajectories and Transitions, 1968-1980*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- Gautié, Jérôme. “Transitions et trajectoires sur le marché du travail”, *Quatre Pages du CEE*, n. 59, set. 2003.
- Goodwin, John; O’Connor, Henrietta. “Exploring Complex Transitions: Looking Back at the ‘Golden Age’ of From School to Work”. *Sociology*, n. 39, v. 2, 2005, pp. 201-20.
- Guimarães, Nadya Araujo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. “Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais”. In: Camarano, Ana Amélia (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006, pp. 171-98.
- _____. *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris, Tóquio*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.
- _____; Marteleto, Leticia Junqueira; Brito, Murillo Marschner Alves de. *Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes*. Relatório final do contrato de serviços OIT-Cebrap 2100154/3501, Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2019/01/TET-Transicoes-e-Trajetorias-Juvenis-BRA.pdf>.
- Hasenbalg, Carlos. “A transição da escola ao mercado de trabalho”. In: ____; Silva, Nelson do Valle (orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Iuperj/TopBooks, 2003, pp. 147-72.
- _____; Silva, Nelson do Valle (orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Iuperj/Top Books, 2003.
- Marteleto, Leticia Junqueira; Souza, Laeticia R. “The Implications of Family Size for Adolescents’ Education and Work in Brazil: Gender and Birth Order Differences”. *Social Forces*, n. 92, v. 1, 2013, pp. 275-302.
- Matsumoto, Makiko; Elder, Sara. *Characterizing the School-to-Work Transitions of Young Men and Women: Evidence from the ILO School-to-Work Transition Surveys*. Geneva: Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Políticas de Emprego, 2010.
- Mont’alvão, Arnaldo; Ribeiro, Carlos Antonio Costa. “Youth Labor Market Prospects in Times of Economic Recession in Brazil”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, n. 688, v. 1, 2020, pp. 38-54.
- Nilsson, Björn. “The School-to-Work Transition in Developing Countries”. *The Journal of Development Studies*, v. 55, n. 5, 2019, pp. 745-64.
- Quintini, Glenda; Manfredi, Thomas. “Going Separate Ways? School-to-Work Transitions in the United States and Europe”. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, n. 90, 2009.

- Quintini, Glenda; Martin, Sébastien. "Same Same but Different: School-to-Work Transitions in Emerging and Advanced Economies". OECD Social, Employment and Migration Working Papers, v. 154, 2014.
- Roksa, Josipa; Velez, Melissa. "When Studying Schooling is not Enough: Incorporating Employment in Models of Educational Transitions". *Research on Social Stratification and Mobility*, n. 28, 2010, pp. 5-21.
- Shavit, Yossi; Blossfeld, Hans-Peter (orgs.). *Persistent Inequality: Changing Educational Attainment in Thirteen Countries*. Boulder: Westview, 1993.
- ; Müller, Walter (orgs.). *From School to Work: A Comparative Study of Educational Qualifications and Occupational Destinations*. Oxford: Clarendon, 1998.
- Silva, Nelson do Valle. "Updating the Cost of Not Being White in Brazil". In: Fontaine, Pierre-Michel (org.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: University of California, 1985, cap. 4, pp. 42-55.
- Sposito, Marília Pontes; Souza, Raquel; Silva, Fernanda Arantes e. "A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos". *Educação e Pesquisa*, n. 44, 2018, pp. 1-24.
- Telles, Edward. *Race in Another America. The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- Torche, Florencia; Ribeiro, Carlos Antonio Costa. "Pathways of Change in Social Mobility: Industrialization, Education and Growing Fluidity in Brazil". *Research on Social Stratification and Mobility*, n. 28, 2010, pp. 291-307.
- Venturi, Gustavo; Torini, Danilo. *Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil*. Genebra: OIT, 2014 (Work4Youth Series). Disponível em: <www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_326892.pdf>.
- Walther, Andreas. "Regimes of Youth Transitions". *Young*, n. 14, 2006, pp. 119-39.

ANEXO I

As diferentes alternativas de participar no mercado de trabalho

“Procura ativa”

Jovens que responderam a opção “Disponível para trabalhar e busca ativa de trabalho”.

“Qualificação”

Jovens que responderam a opção “Atividades de qualificação”.

“Afazeres domésticos”

Jovens que responderam a opção “Tarefas domésticas”.

“Inatividade”

Jovens que responderam a opção “Não trabalhava nem procurava trabalho por outros motivos diferentes às tarefas domésticas”.

“Assalariado (sem informação)”

Pessoas ocupadas que responderam “Trabalhava por um salário/renda para um empregador (tempo integral ou meio tempo)”.

“Assalariado com contrato escrito”

Pessoas ocupadas que responderam “Trabalhava por um salário/renda para um empregador (tempo integral ou meio tempo)” e referiram-se à existência de “Um acordo escrito”.

“Assalariado sem contrato escrito”

Pessoas ocupadas que responderam “Trabalhava por um salário/renda para um empregador (tempo integral ou meio tempo)” e referiram-se à existência de “Um acordo oral” ou “Sem contrato (por conta própria, sem remuneração...)”.

“Conta própria”

Pessoas ocupadas que responderam trabalhar “Por conta própria”.

“Trabalhador familiar sem remuneração”

Pessoas ocupadas que responderam “Trabalhava com familiares sem remuneração (trabalho para benefício da família)”.

“Contrato de aprendizagem/estágio”

Pessoas ocupadas que responderam estar em “Aprendizagem/estágio”.

“Desemprego ou inatividade”

Pessoas que tinham 14 anos ou mais, que ainda não haviam tido um evento ocupacional e que não estavam trabalhando no período anterior ao primeiro trabalho. Como não sabemos se, nesse momento, essas pessoas estavam à procura de trabalho, não há como decidir se esse período poderia ser classificado como de desemprego (se existisse procura) ou de inatividade (se inexistisse procura de trabalho), daí a ambiguidade da dupla possibilidade.

“Menos de 14 anos e inativo”

Pessoas desocupadas no período anterior ao primeiro evento ocupacional que tinham idade inferior à idade mínima legalmente requerida para exercer, quando menos, um contrato de estágio-aprendizagem (a idade legal mínima para ingresso no trabalho formal é de 16 anos; a partir dos 14 são permitidos contratos na condição de aprendiz).

“Não respondeu”

Casos raros de pessoas que não responderam ou que se recusaram a responder qualquer versão da questão.

“Sem informação”

Casos raros em que o mês final de um evento não precede imediatamente o mês de início do evento seguinte, de modo que podemos ficar com um ou mais meses sem informação durante a trajetória.

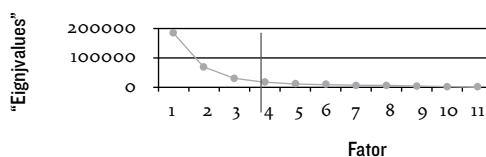
ANEXO 2

Encontrando os componentes principais da matriz-calendário

Para a análise fatorial partimos do nosso calendário de eventos. Este era uma matriz da ordem de 14 (situações laborais) x 282 (meses observados em total) x 3,288 (entrevistados). Cada jovem, com sua história laboral, formava uma combinação possível de alternativas nessa matriz de partida. Para chegar à tipologia pretendida, o primeiro procedimento estatístico foi o de reduzir essa matriz. Isso foi feito usando a análise fatorial segundo o método de componentes principais (quando a variância total da matriz é tomada em conta). Essa técnica permite encontrar padrões de covariância entre as variáveis, identificando um conjunto de fatores latentes que constituem novas variáveis, em menor número, e dão conta de uma margem que consideramos significativa da variância entre os dados da matriz. Para determinar o número adequado de fatores, usamos uma técnica (*scree plot*) que mede quanto da variância é explicada por cada fator extraído; tal medida se expressa em termos de *eigenvalues* (ou autovalores). Em nosso calendário, observamos que quatro fatores seriam suficientes para bem reproduzir a variabilidade dos dados originais, respondendo por 86,1% da variância dos dados originais. A partir do quinto fator, a redução dos *eigenvalues* mostrou-se pouco expressiva, a indicar que se chegara a um número de vetores que bem resumia a variância dos dados originais, tal como se pode ver na figura abaixo.

A seleção do número de fatores na matriz-calendário.

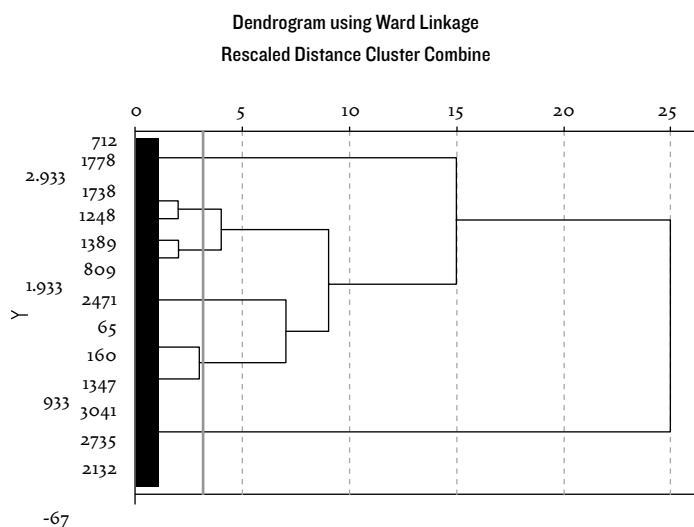
Comportamento dos "eigenvalues"



ANEXO 3

Selecionando o número de classes para formar a tipologia

Para criar a tipologia de trajetórias, usamos um procedimento de análise de *clusters*. Ele reúne dados em aglomerados (ou *clusters*) medindo suas relações de proximidade (ou similaridade) e separando-os segundo suas distâncias (ou dissimilaridades). O método hierárquico que utilizamos cria grupos cada vez maiores, organizando-os em árvores hierárquicas segundo a distância (dissimilaridade) entre eles. O dendograma (vide abaixo) é o modo de sumarizar o padrão de agrupamento. Em nosso estudo, observamos que uma agregação dos casos em seis classes nos permitiria chegar a uma tipologia que aliaría uma boa homogeneidade interna e um número razoável de entrevistados em cada categoria. Desse modo, foram construídos os seis tipos principais de trajetórias laborais agregadas, que resumem os percursos dos jovens entrevistados.



O investimento em educação e pesquisa sempre foi uma das forças motrizes da **Fundação Carlos Chagas** (FCC), que, ao longo de sua história, tem sido protagonista de muitas ações no campo educacional.

Por meio de seu Departamento de Pesquisas Educacionais, a FCC tem se dedicado a programas de investigação sobre temas direta ou indiretamente relacionados à educação, envolvendo avaliação, seleção de pessoas, políticas públicas, formação e trabalho docente, direitos sociais, relações etárias, de gênero e raciais.

CADERNOS DE PESQUISA (CP), ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (EAE) e TEXTOS FCC são publicações da FCC que divulgam a produção científica do campo educacional.

Além dessas publicações, a FCC apoia e financia a revista NOVOS ESTUDOS CEBRAP.

 **Fundação
Carlos Chagas**

fcc.org.br

